

Ideia foi apresentada aos municípios que integram a Águas do Zêzere e Côa, descontentes com os valores a cobrar pelo serviço

Águas de Portugal propõe empresa para abastecimento em baixa

Águas de Portugal acena com investimento de 500 milhões, mas quer gestão da água por mais de 40 anos e uma tarifa média de 4,7 euros

Francisco Cardona

O grupo Águas de Portugal (AdP) tem em carteira um investimento superior a 500 milhões de euros nos sistemas de distribuição de água e tratamento de esgotos nos municípios que integram a empresa Águas do Zêzere e Côa (AZC), apurou o Diário XXI. Para que isso aconteça, o grupo pretende constituir uma empresa, em parceria com os municípios e a AZC, para gerir e explorar o sistema em baixa [dos depósitos até às casas], a partir a partir de 2010, por um período de 42 anos. A proposta é baseada num estudo apresentado quarta-feira numa reunião com os municípios, na Guarda, em que participou Pedro Serra, presidente do grupo AdP.

De acordo com a proposta, os municípios cedem as infra-estruturas mediante o pagamento anual de uma renda pela utilização das redes de água e saneamento e abdicam da relação comercial com os consumidores. A faturação passará a ser feita pela nova entidade gestora do sistema, desaparecendo, com isto, os serviços municipalizados concelhios.

Nos planos da AdP, o valor mé-

A proposta é baseada num estudo apresentado numa reunião com os municípios, na Guarda, em que participou Pedro Serra, presidente do grupo Águas de Portugal



dio a pagar por metro cúbico de água, tratamento de esgoto e tarifa de disponibilidade passaria a custar 4,7 euros. Um valor que representa o dobro do valor pago nas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Actualmente, o valor cobrado nos municípios de maior dimensão ronda os 3,15 euros, tomando como exemplo o caso da Guarda, onde o metro cúbico custa 0,75 euros no primeiro escalão, mais 2,40 euros de tarifa de disponibilidade.

AUTARCAS DESCONTENTES

A proposta deixou descontentes os autarcas que consideram

trata-se de um valor “**absolutamente anormal**”, atendendo aos valores cobrados pelo mesmo serviço nas zonas mais populosas do Litoral. “**Em Lisboa e no Porto o valor por metro cúbico não chega aos dois euros**”, referiram alguns autarcas na reunião, segundo fonte próxima do processo. Terão ainda sublinhado que “**esse valor só serviria para agravar ainda mais as assimetrias já existentes**”.

A participação financeira dos municípios na nova empresa seria anualmente remunerada a uma taxa de oito por cento sobre

os lucros da empresa, não sendo estes obrigados a integrar a estrutura. A AdP tem previsto dois cenários de investimento nas infra-estruturas em baixa com valores que variam entre os 255 milhões de euros para investimento na rede de água e 300 milhões na rede de esgotos, ao longo da concessão. Os investimentos serão candidatados ao Quadro de Referência Estratégico Nacional com um financiamento de 70 por cento.

A proposta deverá ser analisada novamente na Assembleia Geral da empresa AZC, marcada para o próximo mês de Março.

CONCESSÃO POR TRÊS DÉCADAS, COM 16 MUNICÍPIOS Sistema cresce em oito anos

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa foi criado em Julho de 2000, com o objectivo de satisfazer as necessidades da população da região, ao nível da quantidade e qualidade da água e de aumentar os níveis de tratamento de águas residuais.

A sua concessão foi atribuída, por um período de 30 anos, a Águas do Zêzere e Côa, empresa constituída pela Águas de Portugal, Associação de Municípios da Cova da Beira e pelos municípios de Almeida, Belmonte, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel e Sabugal, os quais são, simultaneamente, accionistas e utilizadores do Sistema. No final de 2004, o Sistema passou também a servir a região do Mondego Superior Sul, integrando os municípios de Aguiar da Beira, Celorico da Beira, Gouveia, Oliveira do Hospital, Fornos de Algodres e Seia.

Água, saneamento e tarifa de disponibilidade custam o dobro dos grandes centros

Menos população, mais custos

“O custo do serviço na Beira Interior, em Trás-os-Montes ou no Alentejo é mais do dobro do que é cobrado pelo mesmo serviço nas áreas metropolitanas do Porto ou Lisboa, isso tenho de admitir”, disse ao Diário XXI Sérgio Hora Lopes, presidente da Águas do Zêzere e

Côa (AZC), quando confrontado com o valor médio da tarifa calculada no estudo, que sustenta a criação da nova empresa.

De acordo com a proposta, o custo - metro cúbico de água, tratamento de esgotos e tarifa de disponibilidade - é de 4,7 euros. Hora Lopes adiantou

que esse valor “é o custo real”, resultante dos estudos realizados face às necessidades de investimento nos municípios e a previsível diminuição da população no Interior do País que, em alguns concelhos pode chegar aos 20 por cento.

“4,7 euros não é o preço a

cobrar ao consumidor, mas é o custo real do serviço. O que vai ser cobrado é outra coisa”, afirmou o presidente da AZC. O montante é “calculado com base no decréscimo da população e consequente diminuição da actividade”, nos próximos anos.

Segundo Hora Lopes, “a

compensação desses valores deve ser assegurada por um fundo de equilíbrio tarifário para atenuar o impacto de ter um tarifário tão diferente entre o litoral e o Interior”. “Tem de ser compensado, não pode ser de outra maneira”, concluiu aquele responsável.